



Intervenção da Ministra da Justiça no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado 2018

10 novembro 2018

Senhora Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este é um orçamento de continuidade.

Continuidade das políticas definidas para a área da justiça, que visam, através de um conjunto alargado de intervenções de pequena e média dimensão, alterar o modo de funcionamento e a perceção que os cidadãos têm do sistema.

Políticas que teimam em aproximar; políticas que insistem em simplificar, em aumentar a compreensibilidade e tornar mais célere a justiça, para todos os cidadãos deste país!

Este é um orçamento que reflete o forte investimento nos programas de modernização dos tribunais e dos serviços de justiça, nas componentes organização e tecnologias de informação e comunicação;

É um orçamento que espelha a renovação e a capacitação dos recursos humanos nas magistraturas, no pessoal oficial de justiça, nos registos e notariado, na polícia judiciária, no corpo da guarda prisional;

É um orçamento que evidencia o esforço de requalificação do edificado dos tribunais, das conservatórias, dos estabelecimentos prisionais e dos centros educativos, das instalações da Polícia Judiciária.

Para 2017 assumimos nesta Câmara, perante V.Ex^{as}, senhores deputados, um amplo conjunto de compromissos que honramos.

Refiro-me:

Às alterações do mapa judiciário;

Ao processo de reorganização das secretarias judiciais e à reconfiguração dos modelos de atendimento nos tribunais.

Ao robustecimento dos sistemas de apoio à tramitação processual;

Ao aumento dos balcões únicos e à disponibilização de mais serviços *on line*, melhorando a qualidade do acesso dos cidadão á justiça;

À conclusão das intervenções legislativas e tecnológicas nas jurisdições com reflexo no funcionamento da economia, em particular a justiça do comércio e a justiça administrativa e tributária, **em linha com o definido nomeadamente no PNR e no programa Capitalizar;**

Ao fortalecimento dos sistemas de apoio à investigação criminal da Polícia Judiciária;

À melhoria das condições nas prisões, com definição de metas e meios de concretização de um plano de intervenção no edificado, garantindo

melhores condições de saúde, reforçando os recursos humanos e melhorando a capacitação do corpo da guarda prisional.

Comprometemo-nos a prosseguir o esforço de reposição de níveis de recursos humanos consentâneos com as exigências mínimas de resposta dos serviços.

A melhorar a comunicação da justiça através da recolha, do tratamento e da divulgação de mais e melhor informação sobre o sistema no seu conjunto.

Presto-lhes hoje contas do que fiz, na certeza de que no julgamento de V.Exas estará presente a dimensão política mas não faltará a justiça!

Senhora Presidente

Senhoras e senhores deputados,

Em 2017, como previsto, no âmbito do programa de reorganização das secretarias e de alteração do modelo de atendimento, estendemos o piloto do Tribunal + aos tribunais de Cascais, de Oeiras e da Amadora, abrangendo toda a comarca de Lisboa Oeste.

Instalamos sistemas de videoconferência modernos em todos os juízos de proximidade, melhorando a sua capacidade de comunicação com outros juízos da mesma ou de comarca distinta.

Potenciámos a capacidade de intervenção à distância propondo uma iniciativa, aprovada por este Parlamento, que permitiu a audição por

videoconferência de testemunhas residentes em município diferente, da mesma comarca.

Desenvolvemos o sistema de indicadores de gestão para os tribunais.

E avaliamos o desempenho quantitativo dos juízos de proximidade, confirmando o acerto da decisão de reabertura dos tribunais encerrados em 2014, que devolveu às populações daqueles municípios o acesso à justiça em condições de igualdade.

Entre Janeiro e Setembro de 2017 foram realizados 740 julgamentos, envolvendo um total de 4 863 pessoas; tiveram lugar 2 356 diligências processuais.

Estes números testemunham a justeza da nossa iniciativa.

No quadro do Plano Justiça +Próxima pusemos ainda em prática um conjunto de outras medidas:

Desenvolvemos a ferramenta que permite o acesso remoto dos magistrados ao CITIUS; a certidão judicial eletrónica para os processos executivos; desenvolvemos a ferramenta eletrónica que consente a discriminação dos processos executivos pendentes no tribunal e nos agentes de execução; assegurámos o acesso dos agentes de execução aos apensos do processo executivo; introduzimos a possibilidade de consulta remota dos processos executivos pelas partes, por via eletrónica; garantimos a ligação eletrónica dos administradores judiciais ao sistema CITIUS, melhorando a sua capacidade para intervir nos processos de insolvência; criámos o interface eletrónico entre o CITIUS e o SISAE; tomámos iniciativas que promoveram a introdução de melhorias no sistema no sistema de verificação e graduação de créditos; promovemos

a extensão da possibilidade de notificação eletrónica dos advogados ao processo criminal; capacitámos financeiramente a CAAJ, assegurando a efetividade da fiscalização dos agentes auxiliares de justiça;

Retomámos a normalidade no recrutamento de magistrados para a jurisdição comum e para a administrativa e fiscal;

Promovemos a abertura de um curso de formação para os órgãos de gestão das comarcas, sinalizando o empenho no aperfeiçoamento do modelo de gestão das comarcas.

Estamos a introduzimos no sistema cerca de 400 novos oficiais de justiça e desbloqueamos as progressões necessárias a essa operação.

Preparámos um amplo pacote de medidas legislativas e tecnológicas, respeitantes à jurisdição administrativa e fiscal onde prevemos a criação de juízos especializados na área tributária – execução fiscal e recursos contraordenacionais – e na área administrativa - juízo social, para litígios de emprego público e proteção social

Introduzimos desenvolvimentos no SITAF que asseguram novos automatismos e interfaces para os intervenientes processuais.

Ajustamos os quadros de magistrados para o STA, os TCA's e criámos o quadro de inspetores e o quadro complementar para a jurisdição administrativa e Tributária.

Estamos a trabalhar na simplificação da linguagem de comunicação dos atos processuais, com uma experiência piloto circunscrita, por ora, ao balcão de injunções.

Instalámos a Unidade Nacional de Combate ao crime informático da Polícia Judiciária e dotamo-la de um conjunto de meios tecnológicos aptos a responder aos desafios deste tempo.

Em suma, concretizámos, em relação ao sistema judiciário, uma parte importante do programa político que identifica na aproximação aos cidadãos, na melhoria do tempo de duração dos processos; na previsibilidade temporal da resposta judiciária e na melhoria da capacidade de esclarecimento do crime o caminho para reposicionar o sistema de justiça no lugar que merece, no conceito dos cidadãos.

Em 31 de Outubro de 2017 os tribunais portugueses registavam a menor pendência de processos classificados dos últimos 17 anos:

E o Governo está determinado a aprofundar as condições que facilitaram este resultado, que é, obviamente, também tributário do labor intenso dos senhores magistrados e oficiais de justiça.

Na dimensão registos e notariado sinalizo - na linha de criação de balcões únicos, facilitadores do contacto dos cidadãos com a administração, - o espaço óbito onde se centralizam todos as valências relevantes para os cidadãos em momentos de grande perda e, bem assim o balcão único do Prédio, no âmbito do processo do cadastro simplificado.

Em matéria de acessibilidade e transparência, tem grande significado o lançamento, em Setembro passado, da nova plataforma eletrónica da justiça, cujo desenvolvimento prosseguirá no próximo ano, mas que traduz já uma abordagem nova da relação com os cidadãos, pela

quantidade e qualidade dos dados que faculta, pela concentração, numa plataforma única, de todos os serviços eletrónicos da justiça; pelas novas funcionalidades disponibilizadas.

No sistema prisional e de reinserção foram feitos importantes avanços, na dimensão do aumento e da requalificação dos recursos humanos, na componente de investimentos em infraestruturas físicas e tecnológicas, no acesso à saúde.

Ainda este ano será inaugurada a extensão do E.P. da Guarda nas instalações do antigo Centro Educativo do Mondego. Uma unidade com capacidade para 90 pessoas onde se prevê acomodar população feminina e presos em regime aberto.

Senhora Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Temos a perceção clara de que nada se faz, nem se fará sem as pessoas. Sem as mulheres e os homens que, no quotidiano dão corpo às exigentes tarefas que o sistema de justiça é chamado a desempenhar.

Elas estão no centro do sistema. É com elas que se fazem as reformas. É também para elas que as reformas se produzem.

Não podemos negligenciar a sua valorização e realização profissional, em condições de dignidade e confiança, também porque delas depende o rigor, a exigência e a qualidade da realização concreta de funções do Estado.

2018 será o ano da reavaliação dos estatutos dos grupos profissionais da área da justiça, reconhecendo-se a centralidade das pessoas na requalificação e dignificação dos serviços públicos.

Pretendemos ver aprovados novos estatutos das magistraturas, dos oficiais de justiça, dos funcionários da polícia judiciária, das carreiras profissionais do Instituto dos Registos e Notariado.

Em 2018 continuaremos dar concretização ao projeto de modernização, ancorado no Programa Justiça + Próxima, que abarca transversalmente todos os serviços e organismos da área da justiça; alargaremos o modelo de organização de secretarias e de atendimento já testado com êxito na Comarca de Lisboa Oeste;

Disponibilizaremos certidões permanentes de registo civil; alargaremos a possibilidade de criação de empresas eletronicamente a partir de países com sistemas de certificação eletrónica fortes.

E daremos uma particular atenção ao planeamento e manutenção das infraestruturas da justiça: serviços centrais, Tribunais, Polícia Judiciária, registos e notariado, serviços prisionais e reinserção, apoio às vítimas de crimes, medicina Legal e ciências forenses.

Planearemos e iniciaremos a execução de um amplo programa de reorganização e modernização das conservatórias e, bem assim, de requalificação ou substituição de instalações degradadas.

Daremos particular atenção às instalações da Polícia Judiciária e do Instituto de Medicina Legal em todo o País.

Poremos em execução o Plano a 10 anos de requalificação do Edifício Prisional e de reforço dos meios humanos para o sistema prisional, de acordo com o Relatório tornado público no mês de Setembro.

Todas estas iniciativas comportam exigências de financiamento não negligenciáveis.

Por isso, apresentaremos uma iniciativa legislativa de programação de infraestruturas da justiça, que dará conforto às necessidades de investimento que este amplo programa de intervenções comporta.

Senhoras e senhores Deputados,

O orçamento total do MJ para 2018 atinge os **1.383,7 M€** (mil, trezentos e oitenta e três Milhões), dos quais **1.304,6M€** destinam-se a despesas de funcionamento (atividades) e **79,1M€** para despesas de investimento (projetos);

O orçamento **umenta 30,4M€** (+2,2%) relativamente a 2017, sendo que as despesas de funcionamento aumentaram em **13,4M€** (+1,0%), enquanto as despesas de investimento aumentaram **17,0M€** (+27,4%).

O orçamento de Estado para 2018, na área da justiça, prossegue o esforço de aumento progressivo dos últimos anos, o que reflete a prioridade política atribuída pelo Governo à justiça.

Uma análise da evolução das dotações iniciais dos orçamentos de 2014 a 2018 evidencia que foi feito um grande esforço para melhorar a dotação da justiça para o próximo ano.

Os números são elucidativos.

Em 2014 o orçamento inicial do MJ foi de 1.303,7M€, em 2015 1.352,6M€, em 2016 1.393,5M€, em 2017 1.353,3M€ e em 2018 1.383,7M€, verba que se adicionada aos encargos com a magistratura judicial (estimados em 122,5M€), transferidos para o Conselho Superior da Magistratura a partir do orçamento de estado de 2017, suplantaria ainda mais os números registados em anos anteriores.

As despesas do orçamento global do MJ serão financiadas em **619,1M€** por dotações do OE, receitas gerais, (44,7%), **em 745,5M€** por receitas próprias (53,9%) e em **19,1M€** por fundos comunitários (1,4%).

O orçamento de funcionamento de 2018, **corrigido nos termos antes explicitados**, ascende a **1.304,6M€**, representa 94,3% do orçamento global consolidado do MJ e traduz-se num aumento de **13,4M€** face a 2017.

As despesas de funcionamento são financiadas por receitas gerais (619,1M€; 47,5%) e por receitas próprias (682,1M€; 52,3%).

No orçamento de funcionamento, as **Despesas com maior peso correspondem ao Pessoal, que** ascendem a **921,4 M€**, representando **70,6%** do total.

As Despesas com Pessoal em 2018 (921,4 M€) revelam um aumento de cerca de **7,4M€ (+0,8%)**, face ao valor inscrito no OE 2017, aumento que se destina, em grande parte, a fazer face a parte do acréscimo de encargos resultantes do descongelamento das progressões remuneratórias.

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhoras e senhores deputados,

As verbas inscritas no orçamento de investimento (projetos) para 2018, atingem o valor de **79,1M€**, sendo **63,4M€** de receitas próprias (80%) e **15,7M€** (20%) de fundos comunitários.

O Orçamento de investimento do Ministério da Justiça para 2017 previa uma despesa total de **62,1M€**, o que, comparado com a previsão deste ano, significa um reforço de **+17M€**, representando uma variação de **+27,4%**, face ao ano anterior.

**

O orçamento de 2018 pretende continuar um grande ciclo de modernização da justiça, com incidência em todos os seus subsistemas.

O volume de investimentos que terão lugar na área das Tecnologias de informação e comunicação (**35,3M€**), é potenciado pela identificação e utilização de linhas de financiamento especificamente direcionadas para esse fim, nomeadamente o Fundo para a Modernização da Justiça e o Fundo de Segurança Interna, cuja regulamentação apenas foi concretizada em 2016.

Senhoras e senhores deputados,

Em 2018 queremos sedimentar as linhas de ação que desenvolvemos nos dois anos precedentes e consolidar um novo futuro para a justiça.

Deixando infraestruturas robustas; revalorizando os seus agentes, pela devolução do sentido essencial das suas missões e melhorando as condições de desempenho funcional.

Proseguiremos, por isso, o esforço que vimos desenvolvendo, empenhadamente, no sentido de melhorar a relação dos cidadãos com os serviços de justiça; de qualificar a acção da polícia judiciária no âmbito da investigação criminal; de melhorar o desempenho da polícia científica e da medicina legal; de melhorar a proteção das vítimas de crime; de humanizar o sistema prisional e de reinserção.

Em suma: assegurar que a justiça responda melhor e mais prontamente à realização do bem comum.

Muito obrigada!